

CONVÊNIO ACADÊMICO



CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA

Rua Riachuelo, 217 – Centro -- 05002-070 São Paulo/SP – Brasil

www.cedec.org.br



Universidade Presbiteriana Mackenzie

Projeto “Memória da Constituinte (1987-1988)”

Depoimento:

PEDRO DALLARI

Equipe de Pesquisa

Antônio Sérgio Rocha (DCS/Unifesp) - coordenador/editor

Daniel Menezes (Direito/Mackenzie) – coordenador adjunto

Andrei Koerner (DCP/Unicamp)

Bernardo Ferreira (DCS/UERJ)

Cicero Araujo (DCP/USP)

Eduardo Noronha (DCS/UFSCar)

Jefferson Goulart (DCH/UNESP)

Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari nasceu em São Paulo em 1959. Graduou-se em Direito (USP) em 1981 e em Administração de Empresas pela FGV-SP em 1984. Mestre, Doutor e Livre-Docente em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da USP, é professor titular dessa matéria e diretor do Instituto de Relações Internacionais dessa universidade, sendo ainda coordenador de seu Centro Ibero-Americano. Entre 2004 e 2008, foi juiz do Tribunal Administrativo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tendo presidido a corte em 2007 e 2008. É membro do Conselho Diretor do Centro de Estudos de Justiça das Américas, órgão da Organização dos Estados Americanos, no âmbito da qual também teve atuação como perito em Direito Internacional, tendo integrado, em 2009, a missão de bons ofícios para o conflito entre Colômbia e Equador. Além da área jurídica, Dallari construiu carreira política, tendo sido eleito vereador constituinte em 1988, pelo PT, e duas vezes deputado estadual por São Paulo (1990 e 1994), também pelo PT. No Executivo, teve experiência como Secretário de Governo da Gestão Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo (1992). É filiado ao PSB desde 1996. Foi integrante da Comissão Nacional da Verdade, tendo sido seu coordenador de novembro de 2013 até o final dos trabalhos, em dezembro de 2014, e relator no processo de elaboração do relatório final.

Assessorando a Liderança do PT

Eu me graduei em Direito pela Universidade de São Paulo, na turma de 1981. Mas, antes de formar, já tinha me engajado na militância do antigo MDB. Trabalhei como voluntário na campanha eleitoral de 1978, pleito em que havia disputa para deputado federal, estadual e senador. Foi nessa eleição que Franco Montoro ganhou para senador. Depois, em 1982, quando Montoro se elegeu governador, Fernando Henrique, que era seu suplente, assumiu a vaga.¹ Na campanha de 1978, fiz parte de um grupo que apoiou Darcy Passos e José Serra para deputado federal. Mas Serra teve sua candidatura impugnada; creio que, pelo tempo de cassação de seus direitos políticos, ele não podia disputar eleições. Para deputado estadual, nós apoiamos o advogado e vereador Flavio Bierrenbach, que se elegeu.

No final de 1979, fui trabalhar com o Flavio, me tornando seu secretário parlamentar na Assembleia Legislativa de São Paulo. Substituí Luiz Antonio Guimarães Marrey, meu colega de Faculdade, que estava saindo para se dedicar à preparação para o concurso para o Ministério Público paulista, do qual, posteriormente veio a ser Procurador-Geral. Flavio Bierrenbach era presidente da Comissão de Constituição e Justiça e havia pedido o comissionamento na Assembleia do então Promotor de Justiça José Celso de Mello Filho – hoje, Ministro do Supremo Tribunal Federal. Lembro que Celso atuava em Osasco, tendo sido ameaçado de morte por fazer inspeção em delegacias para ver a situação dos presos. Era um gabinete parlamentar muito interessante, no qual aprendi muito. Foi lá que, pela primeira vez, ouvi uma discussão sobre Constituinte, sobre reformas constitucionais e sobre processo constituinte. Eu estava ainda no 3º ano do curso de Direito, mas gostei tanto da vida no parlamento que fiquei nele por vinte anos: dez

como assessor parlamentar e dez como parlamentar.

Depois, no começo de 1983, já formado em Direito, tive como cliente no meu escritório uma pessoa que é muito amiga até hoje: Luiza Erundina. Luiza tinha sido eleita vereadora pelo PT em 1982, e da amizade resultou que fui ser seu chefe de Gabinete. Flavio foi para Brasília, eleito deputado federal. Falei para ele que eu achava que minha missão no PMDB tinha acabado, e fui para o PT. De 1982 a 1986, assessoriei Luiza Erundina na Câmara Municipal de São Paulo e fui chefe de Gabinete da Liderança do PT. Nesse meio-tempo, me formei também em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. A FGV foi muito interessante, tendo inclusive sediado a União Nacional dos Estudantes: quando a UNE foi recriada na década de 70, a sede provisória foi lá, porque era uma escola que a elite não podia atacar.

PT E A CONSTITUINTE

Em 1986, o PT criou uma comissão para se preparar para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), em vista das eleições de novembro daquele ano. A comissão era dirigida por Marco Aurélio Garcia, membro da direção nacional. Mas quem tocava o dia-a-dia dessa comissão constitucional eram dois advogados muito jovens, todos dois assessores na Câmara Municipal de São Paulo: eu e o hoje Ministro da Justiça José Eduardo Martins Cardozo, assessor da vereadora Iredé Cardoso -- uma liderança feminista muito importante naquela época. Nós dois tínhamos a mesma idade, e preparávamos o material na comissão a partir de trabalho elaborado pelo professor Fábio Comparato, que seria publicado como livro pela editora Brasiliense com o nome *Muda Brasil*.

Havia no PT a ideia de que a Comissão Afonso Arinos era uma comissão que iria

promover uma transição política sem ruptura, de modo que, desde aquele momento, o PT procurou demarcar espaço por uma Constituinte exclusiva. Imagino que a ideia do PT de trabalhar com um projeto próprio, a partir do material do professor Fábio Comparato, tenha nascido da estratégia de, ao mesmo tempo, apoiar a transição mas não se confundir com a hegemonia dos conservadores, que queriam uma transição política controlada.

Na verdade, a comissão constitucional do PT era muito pouco orgânica: já estava em marcha o momento eleitoral de 1986, e os esforços foram dirigidos para as candidaturas a deputado federal. O PT só foi realmente se organizar para a Constituinte na antevéspera da sua instalação. Em abril de 1987, eu e José Eduardo Cardozo secretariamos uma reunião do Diretório Nacional no Instituto Cajamar, convocada para debater os pontos polêmicos do material do professor Comparato. Conforme as decisões do Diretório Nacional, mudamos diversas coisas constantes no projeto dele. Este previa, por exemplo, uma instituição de planejamento, que seria uma instituição central e neutra. O PT era contra isso, pois não julgava possível essa neutralidade política em instituição dotada de enorme poder e centralidade. Como base nessas discussões e no Projeto Comparato, elaboramos um Projeto de Constituição, que foi apresentado pelo PT na Constituinte em 6 de maio de 1987. Esse foi o primeiro Projeto de Constituição que um partido político apresentou em uma Constituinte na história brasileira. Alguns dias depois, Roberto Freire, que era o líder do PCB, acusou o PT de ser arrogante na invocação dessa primazia. Na verdade, o PCB também tinha apresentado um projeto, mas era mais um conjunto de diretrizes e preceitos, e não um projeto de Constituição formalmente estruturado, como o do PT. O PFL havia feito também um conjunto de propostas sistematizadas. Mas o PMDB, que tinha a maior bancada, nada

apresentou. Nosso projeto foi protocolado e encaminhado para as Subcomissões Temáticas da Constituinte.

Em janeiro de 1987, o PT já tinha elaborado uma proposta para a organização da ANC. O professor Comparato havia preparado sugestões de resoluções a serem adotadas logo no começo da Constituinte -- antes mesmo que fosse adotado seu regimento interno --, de modo a reger a transição. A ideia era que a Constituinte tivesse não só o poder de elaborar a Constituição mas, naquele momento, assumisse a soberania política do país. Fiquei sistematizando essas cinco ou seis propostas de resolução, que foram apresentadas no Plenário da ANC em 1º de fevereiro de 1987. Não, o professor Comparato não esteve na Constituinte em caráter permanente. Ele e muitos outros se engajaram no processo através da atuação da sociedade civil, já que a Constituinte previa emendas populares e audiências públicas.

A descentralização do trabalho por meio das comissões temáticas não era uma ideia só do PT. No entanto, essa não era a discussão principal. Numa Assembleia Constituinte composta por mais de 500 membros, parecia evidente que se teria que funcionar por comissões e subcomissões. A discussão verdadeiramente central, e que vinha desde 1986, era se a proposta do chamado Anteprojeto da Comissão Arinos seria adotada como texto-base para os trabalhos da Constituinte. Que eu me recorde, com exceção do Império, todas as Constituições brasileiras anteriores trabalharam com um texto-base. Ainda assim, já no começo de 1987, começava a se formar certo consenso na ANC no sentido de não se usar um texto-base.

Insisto nisso: o problema não era a divisão de trabalho via comissões e subcomissões temáticas -- porque isso inevitavelmente haveria. Além do que, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal já funcionavam dessa maneira: com comissões e subcomissões. A discussão maior era se haveria um texto-base, ou não,

para balizar os trabalhos constituintes. A primeira hipótese é de que o texto-base seria o Anteprojeto Arinos. A segunda hipótese era a designação de uma comissão constituinte, já no mês de janeiro, para elaborar um Anteprojeto de Constituição. Essa, creio, era a ideia do deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP). Mas isso foi rechaçado.

Logo nos primeiros dias de fevereiro de 1987, foi aprovada a Resolução n. 1 da ANC, estabelecendo as regras mínimas para o processo de elaboração do Regimento Interno. Formou-se para isso uma comissão, cujo relator era Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP). Recordo que o PT não apoiou sua indicação para a relatoria. Após a tramitação, emendas e muitas discussões, a Resolução nº 2 tornou-se o Regimento Interno da Constituinte. Esse documento foi fundamental para os trabalhos da ANC, porque contemplava não só a divisão das comissões temáticas em subcomissões mas adotava uma metodologia de participação popular no processo constituinte, mediante audiências públicas e emendas populares. O fato de não ter havido um texto-base na constituinte brasileira é muito importante para compreender o contexto em que se gerou a atual Constituição e seu perfil extenso e programático.

NA ASSESSORIA DO PT

O PT elegeu dezesseis deputados federais constituintes. Cada um deles tinha a sua própria assessoria. Havia também o Gabinete e a assessoria da Liderança da bancada. Eu era assessor jurídico do Gabinete da Liderança, que era exercida pelo Lula, que havia sido eleito deputado com uma votação extraordinária -- cerca de meio milhão de votos. Lembro que fui a Brasília em janeiro de 1987, para realizar um trabalho voluntário em favor do partido. Eu havia sido assessor parlamentar na Assembleia Legislativa e na Câmara Municipal de São Paulo, e estar na

Constituinte era mais ou menos como ir à Copa do Mundo, para um jogador de futebol. Eu tinha um tio que trabalhava em Brasília e fiquei morando na casa dele. Vejam que os tempos eram outros, a gente nem recebia salário. A Constituinte começou em 1º de fevereiro e eu fiquei lá, trabalhando. No final de março, cheguei para Lula e falei: “Agora estou indo embora, porque acabou meu dinheiro”. “Você não tem emprego?”, ele perguntou. “Não”. Aí me arrumaram uma remuneração do partido para eu poder continuar na Constituinte. Depois, Ulysses Guimarães promoveu a criação de cargos adicionais na estrutura da Câmara dos Deputados para contemplar especificamente o trabalho da ANC. Porque ali tinha um problema: não havia estrutura própria para o processo constituinte; funcionavam simultaneamente a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e a própria Assembleia Constituinte. De maneira a contemplar a necessidade que os partidos políticos tinham de uma assessoria especificamente para a ANC é que foram criados determinados cargos pela Mesa da Câmara dos Deputados.

O Gabinete da Liderança do PT tinha dez assessores, mas nós contávamos bastante com a assessoria de cada um dos dezesseis deputados da bancada. Tenho lembrança de vários desses assessores. Um deles, José Pinto, que assessorava o deputado Paulo Paim (PT-RS), teve uma atuação muito importante na área trabalhista. Essa parte de sistematização do processo legislativo era uma coisa muito trabalhosa, porque tinha que se conversar com os gabinetes e organizar, redigir e protocolar as propostas. Meu trabalho no dia-a-dia era receber o pessoal da bancada, fazer os textos, as emendas, recortar e colar. E recortar e colar naquela época era algo literal, que se fazia para produzir sucessivas versões de textos. Quase não havia computadores. Aliás, foi na Constituinte que vi o primeiro PC, que funcionava na Secretaria de Informática do Senado Federal. Tudo era praticamente

feito à mão. Um bom datilógrafo valia ouro, porque era alguém que pegava os manuscritos e os convertia em texto escrito. Uma das coisas mais importantes que fazíamos era preparar emendas e elaborar esboços de projetos – às vezes, só para marcar posição do partido no processo.

Muitos de nós, assessores dos diferentes partidos e também do governo, éramos egressos do movimento estudantil. Recordo de em ter encontrado várias vezes para almoçar com gente de que tinha sido colega da Faculdade de Direito da USP. Eu era assessor do PT; Luiz Antônio Marrey assessorava o Ministro da Justiça, Paulo Brossard; Marcos Vinicius Petreluzzi assessorava o Senador Mário Covas, que era o líder do PMDB na ANC; João Santana assessorava Dilson Funaro, Ministro da área econômica. Era algo emocionante para nós. Marcos Vinicius falou-me uma vez: “Isso aqui é o máximo. A gente faz política o dia inteiro e ainda ganha para isso”... Elaborávamos propostas, preparávamos emendas, dialogávamos com deputados e senadores de um nível extraordinário. Conforme o tópico que estivesse em votação na Comissão de Sistematização, o líder partidário levava algum deputado mais vinculado à discussão daquela temática. E, como eu era o assessor jurídico da bancada, terminava indo em todas as reuniões. Lembro-me de ter assistido uma discussão sobre o monopólio na exploração do petróleo em que houve um bate-boca entre Delfim Neto e Jarbas Passarinho – os dois do mesmo partido, o PDS. Delfim presidia a Comissão de Ordem Econômica e Jarbas Passarinho era um dos vice-presidentes da Comissão de Sistematização. Às alturas tantas, Delfim Neto fez uma fala defendendo a abertura do setor ao capital estrangeiro, algo que já havia na ordem jurídica da época. Ante um aparte de Passarinho, ele disse, comentando a legislação existente: “Mas isso foi só para inglês ver, Dr. Jarbas”. “De jeito nenhum, deputado”. E seguiram discutindo.

PT NA ANC

A condução partidária de Lula no processo da constituinte foi muito prudente. Ele dirigiu o PT de tal maneira que, sempre que possível, o partido se diferenciava nos trabalhos da ANC, mas nunca de forma que se excluísse do processo. Isso é digno de nota. Um erro muito comum é dizer que o PT não assinou a Constituição de 1988. Se entrarem no site do Senado Federal, vão achar a assinatura de Lula e de todos os outros 15 deputados da bancada. O PT não votou a favor do documento final; só que isso não significa que o partido não tenha reivindicado participar das comissões, subcomissões e das relatorias. O partido nunca deixou de fazer o diálogo constitucional e a demarcação do lado de dentro do sistema, e não de fora. O que houve foi que, no final da Constituinte, quando se votou a redação final do texto da Constituição, o PT optou por votar contra, na posição de que o documento, embora com muitos avanços, não havia contemplado toda a expectativa do povo brasileiro.

Essa dualidade, de votar contra mas assinar a Constituição, é uma boa ilustração do que foi o processo constituinte para o Partido dos Trabalhadores. O PT demarcou muitas coisas, mas nunca deixou de participar das atividades. Houve uma discussão intensa na bancada quando se constituíram as 24 subcomissões temáticas. Essa era uma questão que não deveria dar problema, porque havia somente 16 deputados petistas para serem alocados nas 24 subcomissões. A rigor, faltariam deputados. Mas, no caso do PT, houve uma discussão desgastante no tocante à Subcomissão de Educação, cuja vaga foi reivindicada por duas figuras politicamente muito relevantes: Florestan Fernandes, eleito inclusive por sua trajetória como educador, e o deputado Gumercindo Milhomem, que era um líder sindical muito importante nessa área. Só que havia um único lugar para o PT. De

todo modo, em geral, se faziam acordos aqui e ali, de modo a alojar os deputados nas diferentes subcomissões conforme preferiam os partidos.

A lógica do PT era apresentar propostas sobre tudo. Lembro, por exemplo, da discussão sobre a Previdência Social, que era conduzida na bancada pelo deputado Eduardo Jorge Martins Sobrinho (PT-SP). Diante de nossas excessivas propostas, Lula, certa vez, perguntou para ele: “Ô Eduardo, vai ter dinheiro para tudo isso?”. Lula era líder de uma bancada de somente 16 deputados, mas tinha plena consciência de que na ANC se estava discutindo o futuro do Brasil. Hoje, lembrando essa história e alguns diálogos na Constituinte, posso dizer que Lula tinha muita clareza de que o PT viria a ocupar um papel importante na história do Brasil, no âmbito mesmo daquele sistema que se estava desenhando, dentro do novo regime. Portanto, havia esse diferencial: não romper e não se inviabilizar.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Não havia uma estrutura formalmente rígida para absorção das demandas sociais. Elas eram apresentadas diretamente, na medida em que os representantes das entidades e da sociedade civil podiam apresentar propostas diretamente, ou através de parlamentares. As entidades circulavam nos gabinetes dos deputados de tal maneira que muitas propostas assemelhadas apareciam nas Comissões Temáticas, apresentadas pelos mais diversos parlamentares. O PT era muito procurado pelas lideranças populares, mas isso acontecia também com o pessoal da ala mais progressista do PMDB, assim como havia o mesmo movimento por parte das lideranças de organizações sociais ligadas a setores mais conservadores. Eu me relacionava muito com um jovem advogado que também que havia sido assessor de Flavio Bierrenbach -- ele como assessor jurídico da FIESP, eu na assessoria jurídica do PT. E percebia que a dinâmica era a mesma do lado deles. Mesmo as forças

muito radicais reconheciam a Constituinte e foram lá levar suas reivindicações. Ronaldo Caiado, por exemplo, foi uma liderança social importante. Líder da UDR, ele tinha muito presença na Constituinte, e isso para nós era inteiramente legítimo.

AS ATIVIDADES CONSTITUINTES E A COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

É importante dimensionar o PT na ANC. O partido não era o pivô das grandes disputas da Constituinte; a polaridade se dava muito mais entre a antiga ARENA, representada no PDS e PFL, e o setor mais progressista do PMDB e do PDT. Ainda não havia o PSDB, que veio a ser criado durante o processo constituinte. O PT entrava como coadjuvante nesse arco mais progressista.

Tudo passava pelas lideranças das bancadas partidárias. Por isso, o PT não ficou surpreso com a eleição de Bernardo Cabral (PMDB-AM) para a Relatoria-Geral da Constituinte. Não era uma surpresa porque, àquela altura, tudo era conversado.

Afonso Arinos (PFL-RJ) fora eleito presidente da Comissão de Sistematização, mas, por conta da idade, realmente não tinha condições de conduzir os trabalhos. Por causa disso, houve uma mudança no Regimento Interno, para se permitir a eleição de dois novos vice-presidentes, que foram Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e Jarbas Passarinho (PDS-PA). Na prática, eles dois é que passaram a dirigir a Comissão de Sistematização.

Lula e Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) eram os representantes do PT nessa comissão. E Lula, instigado pelos deputados, chegou a questionar várias vezes as decisões da Sistematização, dizendo que não ia aceitar isso, não ia aceitar aquilo etc. Certa vez, Afonso Arinos, na presidência, ponderou a ele: “Deputado, o senhor tem todo o direito de ficar nervoso. Pode questionar tudo. Mas a lua vai continuar sua órbita, o sol vai continuar nascendo, e a órbita deles não vai se alterar em nada por causa das preocupações de Vossa Excelência”...

A questão mais importante na Sistematização foi o mandato de cinco anos para Sarney. Foi o único momento em que se sentiu nitidamente a presença dos militares na ANC. O General Leônidas Pires Gonçalves, que era o Ministro do Exército, dava declarações públicas para que respeitassem o mandato do Sarney e aprovassem os cinco anos. Caso contrário, isso seria quebra do acordo, dando a entender que aí, sim, haveria oposição dos militares ao processo constituinte. A história nos permite entender que houve mesmo uma transição negociada. Mas os militares não tiveram ingerência no processo constituinte – a não ser para votar matérias referentes à aposentadoria deles, pensão dos ex-combatentes e coisas assim. E houve também a questão do sistema de governo. Na Comissão de Sistematização, prevaleceu o parlamentarismo, mas o Plenário reverteu a escolha para o presidencialismo. As pessoas costumam considerar que a escolha do presidencialismo na ANC foi um retrocesso. Mas vejam que, alguns anos depois, houve o plebiscito e o povo escolheu o presidencialismo por ampla maioria. De modo que não dá pra falar que o sistema de governo adotado pela Constituinte foi um retrocesso.

ULYSSES E O *CENTRÃO*

No começo de 1988, houve uma mudança grande no Regimento Interno da Constituinte, patrocinada por um bloco de parlamentares que veio a ser conhecido como *Centrão*. A partir daí, previu-se a apresentação e a possibilidade de substituição do texto final de cada um dos títulos do projeto aprovado pela Comissão de Sistematização, que havia sido consolidado pelo relator Bernardo Cabral. O *Centrão* preparou então seus substitutivos aos títulos do projeto de Cabral e saiu colhendo as assinaturas para colocá-las em votação -- o que exigia um número significativo de apoiadores. Só que o prazo final ia chegando e nada de o *Centrão* conseguir completar as assinaturas das emendas substitutivas. Em dado

momento, as lideranças do bloco mobilizam até jatinhos, para irem aos Estados recolher as assinaturas dos adeptos. No último dia, ia se aproximando o horário limite, que era 20 h. Nessa altura, fui para a sala que recebia o protocolo das emendas, porque eu sabia que, se o *Centrão* não apresentasse as emendas substitutivas, ficaria valendo o texto da Comissão de Sistematização como texto-base para discussão de cada título. A hora chegou, e o *Centrão* não compareceu com as emendas. Como eu era assessor da Liderança, corri para avisar o Genoíno – e correr era literal, porque naquela época não havia celular: “Eles perderam o prazo!”. Genoíno desencadeou uma grande mobilização: levou a imprensa para lá, juntou gente, foi uma confusão danada. Aí foram consultar o doutor Ulysses. E Ulysses decide prorrogar o prazo até a meia-noite... Com a prorrogação, deu tempo para chegarem as emendas substitutivas deles. Ulysses poderia ter simplesmente dito “Acabou o prazo”, e pronto. Mas, do ponto de vista político, com certeza haveria uma crise. No dia seguinte, a manchete da *Folha* e de outros jornais país foi mais ou menos assim: “Ulysses prorroga prazo e salva o *Centrão*”...

A QUESTÃO DA ANISTIA NA ANC

Não houve alteração da situação da anistia na Constituinte. Não se mexeu nem mesmo na autonomia dos militares conduzirem seus próprios assuntos. Não se criou o Ministério da Defesa – o que veio a ocorrer somente em 1999 –, e a Constituição de 1988 manteve os ministérios militares.

Na verdade, a discussão da anistia ocorreu em três momentos. A primeira foi no Governo Figueiredo, quando se aprovou a própria lei da anistia. Em segundo, na emenda convocatória da Assembleia Nacional Constituinte, em 1985. Por fim, no Ato das Disposições Transitórias da CF 88, em que há um artigo que pouco reconfigura o assunto, praticamente reproduzindo o texto da anistia tal qual havia

sido aprovado na emenda constitucional antes. Essa é mais uma evidência da negociação implícita que acho que aconteceu na transição brasileira. Por isso, penso que o argumento forte para uma revisão dos efeitos da lei de anistia deva ser a própria ideia de que não pode haver anistia para tais crimes – ou seja, um argumento de natureza teórico-conceitual, e não de um ponto de vista de que a construção desse marco legal se deu sob pressão. Isso pode ser defensável pensando-se nas circunstâncias de 1979. Mas, em 1987 e 1988, não. Ali, não houve convicção das lideranças partidárias de que aquilo deveria ser mexido.

A COMISSÃO DE REDAÇÃO

Essa foi uma etapa da Constituinte que até hoje é pouco estudada, mas que foi muito importante. Sobre isso, há um mito que persiste: o de que o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) introduziu alterações de sua própria lavra no texto final. Isso não me parece verdade: o que houve é que essa Comissão fez a adequação da redação do material, fazendo alguns ajustes no texto. E ficava todo mundo de olho, já que a Comissão de Redação era composta por representantes de todos os partidos. Houve realmente algumas alterações no texto final, mas que foram levadas à votação. Nada houve na Constituinte que não tivesse sido votado e aprovado várias vezes.

Uma das disputas interessantes que ocorreram nessa Comissão foi sobre a redação do artigo 5º. Vivaldo Barbosa, deputado do PDT do Rio de Janeiro, propôs uma emenda de redação para que se substituísse o uso de incisos por itens – inciso é o nome dos numerais romanos que se usa no texto jurídico; a item se dominam os numerais arábicos. Ele argumentava que ninguém consegue ler com facilidade os números romanos a partir do número 30. Imaginando-se a Constituição como um texto para ser lido pelo povo, claramente haveria dificuldades para essa leitura, e Vivaldo propôs que se colocassem algarismos arábicos nos itens dos artigos da

Constituição. Pelo que me recordo, Celso Cunha, um gramático muito respeitado que assessorava a Comissão, apoiou a mudança. Mas a Constituinte, a meu ver de maneira equivocada, acabou mantendo a tradição do uso de incisos e dos numerais romanos.

PT E AS ELEIÇÕES PÓS-CONSTITUINTE

Não creio que as votações na Constituinte tenham sido influenciadas pela perspectiva da eleição municipal de 1988. Acho que as votações finais refletiam muito mais as posições que já haviam sido defendidas ao longo do processo. Mas havia de fato um certo cansaço, um certo *stress*, e muitos dos constituintes eram candidatos a prefeito. Falo até em causa própria, já que eu era candidato a vereador em São Paulo, e a eleição ia acontecer no dia 15 de novembro. A Constituinte não acabava nunca, e eu ia de ônibus para São Paulo todo final de semana para fazer a campanha. Só findou em 5 de outubro – ou seja, a um mês e 10 dias da eleição.

O PT mudou ao longo dos vinte meses da Constituinte, amadureceu muito. E houve também uma mudança de percepção em relação ao PT: o partido usou de uma maneira magnífica o cenário da Constituinte para ser visto como uma referência de luta mas também de composição -- e não apenas de contestação. O fato de o PT ter tido um papel importante na ANC ajudou muito a reverter a ideia que se tinha dele como um partido de oposição raivosa.

Em 1988, o PT foi muito bem nas eleições municipais, obtendo bons resultados no país inteiro. Foram vitórias já fruto da legitimidade política e social auferida na Constituinte. O próprio resultado eleitoral em São Paulo, quando Luiza Erundina se elegeu prefeita, mostra isso. Luiza não era a candidata *in pectore* das lideranças do PT. O candidato deles era Plínio de Arruda Sampaio – que tinha sido um grande líder na ANC. E Lula tinha a visão de que, para ser bem-sucedido estrategicamente

nas eleições, ele precisava colocar uma cunha na classe média. Por isso, faziam do Plínio o candidato natural à prefeitura de São Paulo. Foi só nas prévias do PT, com apoio maciço da base do partido, é que a Luiza saiu candidata.

Ela não era uma novata: era uma liderança importante nos movimentos sociais, tinha sido eleita vereadora em 1982 e fora líder da bancada do PT na Câmara Municipal. Em 1985, fora vice na chapa Eduardo Suplicy para a prefeitura de São Paulo, naquela eleição solteira em que Jânio Quadros se elegeu. Os peemedebistas ficaram criticando o PT porque o partido, em tese, teria viabilizado a vitória de Jânio. Para mim, a culpa foi do próprio PMDB: no início de 1985, quando se discutiu a emenda constitucional que regulou aquelas eleições solteiras para as prefeituras de capitais, já houve a discussão em torno da adoção de dois turnos. E o PMDB, que tinha a maioria no Congresso Nacional, foi contra isso, defendendo o turno único nas eleições municipais. Luiza tinha sido eleita também deputada estadual em 1986. Após a Constituinte, eu me candidatei a vereador mais para ajudar na campanha da Luiza em 1988, porque eu achava difícil ganhar a eleição. No final, como todo mundo lembra, a campanha da Luiza cresceu, ocorreu o chamado voto útil e ela ganhou a eleição.

Mas o PT ganhou também em outras partes do Brasil: Palocci se elegeu em Ribeirão Preto, Telma de Souza se elegeu em Santos. No meu caso, que tinha sido candidato a vereador, tive a colocação que achava que iria ter: o 12º da coligação, o que, em condições normais, me daria uma suplência. Mas, puxado pelo voto majoritário, a nossa coligação elegeu 18 vereadores. Fiquei como líder de Luiza na Câmara Municipal e permaneci mais dez anos no parlamento: dois anos como vereador e oito anos como deputado estadual.

É bom lembrar que a atuação do PT na ANC também credenciou o resultado

eleitoral de Lula em 1989, e ele quase ganhou a eleição para Presidente da República. De certa maneira, tais resultados eram fruto do que foi a visualização do partido com o processo da Constituinte: o PT aproveitou enormemente essa oportunidade. Para mim, a legitimidade que o PT adquiriu na política brasileira é, em grande parte, um legado da sua atuação na Constituinte.

CONSTITUIÇÕES POPULARES E CONSTITUIÇÕES OLIGÁRQUICAS

É um argumento rasteiro o de que a Constituição Federal de 1988 é malfeita -- porque é muito longa, detalhada etc. A contraposição, o grande modelo desses críticos, é a Constituição dos Estados Unidos. Mas essa Carta foi feita por um pequeno número de membros da elite: é evidente que, assim, eles puderam produzir um texto enxuto. Agora, uma Constituinte que nasceu de 24 relatórios de subcomissões, e sujeita a uma tremenda demanda social, nunca poderia gerar texto enxuto. Da mesma maneira, são longas e detalhadas as Constituições portuguesa de 1976 e espanhola de 1978 -- assim como todas as Cartas Políticas da recente fase do constitucionalismo internacional.

A meu ver, o argumento implícito desses críticos é inteiramente errado: a Constituição norte-americana foi enxuta porque ela foi feita sem participação popular. Foi uma Constituição feita pelos grandes fazendeiros do Sul e pela elite do Norte. Madison era advogado dos grandes interesses empresariais em Nova York. George Washington e Thomas Jefferson eram senhores de escravo. Era um grupo muito fechado. No constitucionalismo americano, o Senado foi criado não para reproduzir o modelo inglês da Câmara Alta mas para contemplar os Estados escravocratas do Sul; como no Senado os Estados seriam igualmente representados, não importa se a população fosse ínfima ou muito grande, ele neutralizaria os efeitos do pequeno eleitorado do Sul na determinação do tamanho das bancadas de

deputados. De modo que a Constituição americana teve uma base extremamente oligárquica. E a da nossa Constituição de 1988, popular e avançada.

CONSTITUINTE E A ORDEM POLÍTICA

A Constituinte foi muito interessante porque agregou as lideranças da política brasileira pré-64 às novas lideranças que emergiram da luta social contra a ditadura. Era um jogo político, todo mundo tinha clareza disso. E a radicalidade era própria do processo. Tanto que, apesar da dureza da retórica, em nenhum momento da história da Constituinte vocês vão achar uma ameaça de colapso do processo -- mesmo quando o *Centrão* dominava os trabalhos. Havia clareza que aquilo tinha de funcionar, tinha que dar certo; os discursos mais ou menos agudos eram parte do processo. De modo que o bate-pau de Saulo Ramos e Sarney em cima da Constituinte tinha a finalidade de coesionar o *Centrão*.

Foi muito importante que a Constituinte brasileira tenha sido lenta e demorada, porque isso gerou a legitimidade do processo. Como ninguém tinha maioria, tudo foi negociado, tudo teve de ser muito bem discutido. Foi uma escola de democracia e de espírito de tolerância, que pouca gente percebe. Os três Presidentes da República que governaram o Brasil nos últimos vinte anos – Itamar Franco, Fernando Henrique e Lula, presidentes marcados pela abertura para discussão, pela tolerância e pela habilidade de negociação – foram todos eles membros constituintes, e certamente tiveram suas personalidades políticas lapidadas pela ANC. Um RH de empresa não teria pensado numa fórmula melhor para preparar seus dirigentes, e foi isso que ocorreu no Brasil. Na história das transições políticas, há muitas vezes problemas que derivam do fato de que as lideranças políticas não tenham compromisso com esse processo – como o ocorrido com o breve governo de Fernando Collor, que não participou da ANC. Esse quadro explica por quê,

apesar de todos os problemas sociais brasileiros, a CF 88 seja um documento de referência inquestionável. O país não teve, nesses 25 anos pós-ANC, histórico de movimentos de ruptura com a ordem: o processo gerou legitimidade política. Tenho dito isso em países em transição onde já estive para proferir conferências -- Tunísia e Egito, por exemplo: “Não tenham pressa em fazer a Constituição. O mais importante não é o texto final da Constituição, mas a legitimidade conferida pelo processo”. A Constituição brasileira já teve mais de 70 emendas; então, não é o texto que importa, o processo é que foi decisivo. Em si, o êxito da nova ordem política veio daí.

Depoimento concedido na manhã de 12 de maio de 2013, nas instalações da Universidade Presbiteriana Mackenzie, com a participação dos pesquisadores Antônio Sérgio Rocha, Daniel Menezes, do professor Bruno Lorencini e de diversos alunos dessa instituição e da Unifesp.